

CADERNOS AFRO MEMÓRIA

Editor

Paulo Cesar Ramos [Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisador de Pós-doutorado da Universidade da Pensilvânia. Pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP]

Equipe editorial

Gustavo Mesquita [Doutor em História pela Universidade de São Paulo e pesquisador de pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento]

Silvia Aguião [Doutora em Ciências Sociais (Unicamp), pesquisadora do Núcleo Afro-CEBRAP e do CLAM/UERJ]

Guilherme Lassabia de Godoy [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

Maria Júlia Venâncio Ananias [Graduanda em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

Gustavo Albuquerque Lima [Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

Projeto gráfico, capa e diagramação

Luiza De Carli [Bacharel em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

NÚCLEO AFRO CEBRAP

Coordenação geral

Márcia Lima [professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)]

Coordenação de projetos

Anna Venturini [Pós-doutoranda vinculada ao Programa Internacional e Interdisciplinar de Pós-Doutorado (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)]

Coordenação Institucional

Huri Paz [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)]

Coordenação de Comunicação

Poliana Martins [Pós graduada em Letras (UFMG)]

Contato

afro@cebrap.org

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

R. Morgado de Mateus, 615
Vila Mariana, São Paulo – SP
CEP 04015-051



Parceria



Financiamento



Apoio



IBIRAPITANGA



Esta obra está licenciada com
uma Licença *Creative Commons*
Atribuição - Compartilhável 4.0
Internacional.

SUMÁRIO

05 **apresentação**

06 **informativo 01**

08 **biografia**

11 **memória negra**

Segundo Milton Barbosa

14 **história de um documento**

Árvore das Palavras

18 **articulações & diálogos**

19 Os Negros e as Eleições Diretas

20 Nêgo – Boletim Informativo do Movimento Negro Unificado / Bahia

21 Afro-Parlamento – Informativo do Núcleo dos Parlamentares Negros do PT no Congresso Nacional

22 Carta Aberta à População

23 Campanha “Mano não morra, não mate”

24 Campanha “Reaja à Violência Racial” do MNU

25 Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado

RECADO AO LEITOR

Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.

APRESENTAÇÃO

por Paulo C. Ramos

Este é o primeiro número do Cadernos Afro Memória, resultado dos trabalhos do Afro CEBRAP e das parcerias desenvolvidas com o Projeto *Memory and Identity in the Afro Brazilian Archives*, da Universidade da Pensilvânia, e com o Projeto Memória do Movimento Negro, do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas. Trata-se do primeiro número de uma produção que se pretende regular para divulgar os materiais disponíveis de acervos do movimento negro que nós temos captado, digitalizado, catalogado e, o mais breve possível, colocaremos à disposição de pesquisadores, estudantes, professores, jornalistas e militantes de todo o Brasil, e também do mundo, para que conheçam e divulguem a história do movimento negro brasileiro.

Para o primeiro número, escolhemos trabalhar com o material documental de Milton Barbosa, paulista de Ribeirão Preto, crescido no bairro paulistano do Bixiga, liderança quarentenário do Movimento Negro Unificado. Muitas pessoas são testemunhas de sua história desde o início dos anos 1970, quando atuou junto a escolas de Samba, grupos culturais, movimentos estudantis, sindicais, passando pela atuação política na clandestinidade imposta pela ditadura militar. Milton fundou o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que depois se

tornou o MNU, é membro fundador do Partido dos Trabalhadores, onde ainda se encontra, foi candidato a deputado federal nas primeiras eleições da redemocratização, participou de todas as campanhas eleitorais desde então, organizou um sem-número de atos públicos, ajudou a fundar várias organizações de base, articulações, fóruns, campanhas. São raros os acontecimentos do movimento negro contemporâneo em que Milton não esteve presente. E toda esta trajetória está ricamente registrada nos acervos que ele gentilmente cedeu a este Projeto.

São muitos documentos presentes neste fundo, mais de nove mil. Eles registram os momentos mais importantes do movimento negro brasileiro. Neste conjunto é possível notar as redes, alianças, conflitos, disputas entre os vários atores do movimento negro brasileiro. O mergulho neles permite facilmente encontrar estes fatos emblemáticos do protesto negro, mas também é possível reconstruir os processos que levaram a eles.

Para dar uma noção da riqueza deste acervo, estamos publicando este caderno. Escolhemos os documentos que consideramos mais eloquentes para contar um pouco do que podemos encontrar. Documentos que são ao mesmo tempo emblemáticos dos movimentos negros do Brasil e também do próprio acervo e da trajetória de Milton.

INFORMATIVO 01

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NEGRA CAPTOU 12 ACERVOS EM TRÊS ANOS

por Aldair Rodrigues e Mário Medeiros

Doze acervos das lutas antirracistas estão no centro da parceria para a preservação da memória negra estabelecida entre [Afro-CEBRAP](#), [Arquivo Edgard Leuenroth](#) (UNICAMP) e linha de pesquisa [Hip Hop em Trânsito](#) (CEMI/IFCH-UNICAMP). O projeto abrange a documentação de ativistas e intelectuais negros cujas trajetórias são cruciais para a compreensão do passado, presente e futuro do país: Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa, Milton Barbosa, Geledés Instituto da Mulher Negra, Januário Garcia, Soweto Organização Negra, King Nino Brown, Alexandre de Maio, Chico Piauí e Jacira Silva, Estevão Maya Maya e José Correia Leite, Quilombhoje e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), e o acervo da Professora e ex-ministra da Igualdade Racial Matilde Ribeiro. Preservar e difundir esse legado é uma estratégia contra o apagamento do protagonismo negro na memória social do país.

Esse esforço coletivo, que agora completa três anos, é liderado por 7 pesquisadores: Paulo César Ramos (Linha Cultura e Identidade/Afro-Memória do AFRO-CEBRAP), Márcia Lima (coordenadora do AFRO-CEBRAP), Aldair Carlos Rodrigues e Mário Augusto Medeiros da Silva (diretores do Arquivo Edgard Leuenroth e professores dos departamentos de História e Sociologia da UNICAMP, respectivamente), Jaqueline Lima Santos

(coordenadora da linha de pesquisa Hip Hop em Trânsito - CEMI/IFCH-UNICAMP), Daniela Vieira dos Santos (Universidade Estadual de Londrina e coordenadora da linha de pesquisa Hip Hop em Trânsito). Além desta equipe no Brasil, o projeto conta com o suporte do Programa de Populações Marginalizadas da Universidade da Pensilvânia, dirigido pelo professor Michael Hanchard, do departamento de Africana Studies.

Os conjuntos documentais estão sendo higienizados, restaurados e catalogados nos laboratórios do AEL-UNICAMP para, em seguida, serem digitalizados. Parte da documentação já está disponível para [consulta](#).

Os documentos de **Reginaldo Bispo** e **Margarida Barbosa** e **Milton Barbosa** foram os primeiros a chegar ao Arquivo Edgard Leuenroth, entre fevereiro e março de 2020, doados pouco antes de se iniciarem as políticas restritivas em razão da pandemia de SARS COVID 19. Ao longo do ano de 2020, o trabalho ocorreu em isolamento e de acordo com as normas de restrição da UNICAMP e do governo de São Paulo. O empenho, portanto, esteve na produção de [projetos](#), [textos de divulgação](#) e [seminários online](#), contatos pela internet com intelectuais e militantes negras e negros. Foi neste contexto virtual que em julho de 2020 iniciou-se o diálogo com o fotógrafo negro carioca Januário Garcia (1980-2021), de maneira online,

até seu [falecimento em julho de 2021](#). Garcia tinha muito interesse na preservação de seu acervo de fotos, composto por mais de 65 mil negativos. Durante um ano, o projeto o apoiou na identificação e acondicionamento desse material, dando suporte a uma assistente local, que o acompanhava em segurança, e fornecendo material de acondicionamento arquivístico.

Finalmente, quando as condições favoráveis proporcionadas pelo início da vacinação em massa no Brasil começaram a permitir certa flexibilização do isolamento e mobilidade, teve início o trabalho de recolhimento de acervos. Em [junho de 2021](#), o acervo de [Geledés Instituto da Mulher Negra](#) (1988 -) foi doado ao AEL e firmada uma parceria para a disponibilização digital do conjunto no [Centro de Memória e Documentação Institucional do Geledés](#). Em [novembro do mesmo ano](#), através de parceria e conversas estabelecidas na pandemia, o AEL recebeu a doação dos documentos da [Soweto Organização Negra](#) (1991-).

A parceria construída com as professoras Jaqueline Lima dos Santos (Unicamp) e Daniela Vieira dos Santos (UEL), coordenadoras da linha de pesquisa *Hip Hop em Trânsito*, interessada na preservação do movimento hip hop e na criação do [I Arquivo Brasileiro de Hip Hop](#), conferiu um sentido ampliado aos interesses do projeto Memória Negra. Dada a compreensão do hip hop como parte da cultura negra e em diálogo com o movimento negro, a UNICAMP passou também a abrigar os acervos de intelectuais e artistas do hip hop. O primeiro foi o de **King Nino Brown** (anos 1962-), recebido em novembro de 2021. Em [fevereiro de 2022](#), chegaram as coleções de revistas sobre a geração hip hop dos anos 1990 e 2000, editadas e produzidas por **Alexandre de Maio** (1990-). Essa parte do projeto produziu também, ao longo do primeiro semestre de 2022, um conjunto de oficinas na Unicamp com intelectuais do hip hop, como **Nino Brown, Clodoaldo Arruda e Sharylaine**. Isso possibilitou aos estudantes bolsistas, às técnicas e a outros funcionários do AEL, bem como a interessados em geral, incorporarem outras maneiras de apreensão do conhecimento por meio do hip hop. É necessário dizer que em

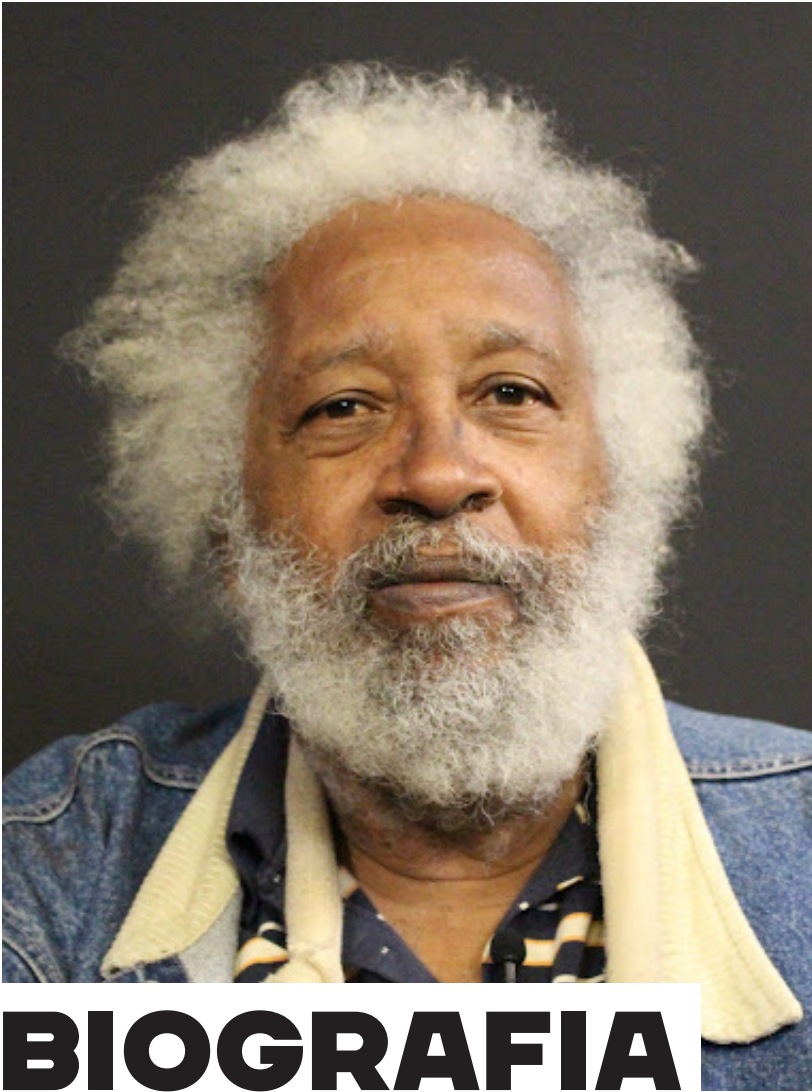
todos os contatos com os/as intelectuais e organizações mencionados houve a visita dos doadores e doadoras ao AEL. Isso faz parte de uma política de preservação e catalogação colaborativa e antirracista, bem como de uma relação de confiança.

Em [maio de 2022](#) foi recebido o acervo de **Chico Piauí** (MNU, DF, 1980-), sendo este o primeiro conjunto documental do projeto referente a um militante fora do sudeste. No [mesmo mês](#), foi doado ao Arquivo Edgard Leuenroth o acervo pessoal de **Estevão Maya-Maya**, maestro, cantor, compositor, escritor e professor, [falecido em 2021](#) com 78 anos devido à Covid-19. Encontrase dentro do acervo de Maya-Maya documentos raros de **José Correia Leite** (1900-1989), histórico militante e intelectual negro, fundador do jornal O Clarim da Alvorada em 1924. Além do Clarim, destacam-se em seu conjunto outros periódicos da imprensa negra e cartas do projeto UNESCO de pesquisa em relações raciais.

No [final de junho](#), o Ael começou a receber partes do acervo do [Quilombhoje Literatura](#), responsável desde 1982, pela publicação do Cadernos Negros. Criado em São Paulo em novembro de 1978 pelos escritores Cuti, Oswaldo de Camargo, Hugo Ferreira e Jorge Lescano, o Cadernos Negros é uma publicação autofinanciada por autoras e autores negros e negras, com o propósito de publicar contos e poemas em anos alternados, o que tem feito de forma ininterrupta há 44 anos. Em [junho de 2022](#), houve avanços também nas tratativas para transferência do acervo do [CEERT](#) (1990-), através do diálogo com uma de suas fundadoras, a professora Cida Bento.

Atualmente o projeto tem sido procurado por mais intelectuais negras e negros, interessados na preservação de sua memória, produção e difusão de conhecimento público. Novas parcerias e novos acervos devem ser anunciados em breve.

A execução do projeto tem sido possível graças ao apoio da Universidade da Pensilvânia, [FAPESP](#) (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Porticus Foundation, edital Archives in Danger da UCLA (University of California Los Angeles) e Open Society Foundation.



BIOGRAFIA

1948

Milton Barbosa nasceu no dia **12 de maio** na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo;

1951

Mudou-se para capital paulista, bairro do **Bixiga**;

1966

Tornou-se chefe da ala do **Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Vai-Vai**, elaborando trabalhos culturais na diretoria da Escola até 1980;

1973

Ingressou como estudante do curso de Economia na Universidade de São Paulo (USP), onde foi do **Centro Acadêmico Visconde de Cairú**, da Faculdade de Economia e Administração (FEA);

No período dentro da universidade, **mitou em oposição à ditadura militar na Liga Operária (LO)** - organização socialista e trotskista brasileira;

1976

Deixou a universidade e a LO para se dedicar ao **Movimento Negro**;

1978 – 1979

Milton foi do conselho fiscal da **Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo (AEMESMP)**, que posteriormente se transformou no Sindicato dos Metroviários. Junto com outros metroviários, criou um **núcleo de negros** que iniciou a discussão sobre as questões raciais na Central Única dos Trabalhadores (CUT);

1978

Milton Barbosa **coordenou o ato de fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), depois rebatizado de MNU**, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de Julho. O ato surgiu da indignação contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê e a tortura e assassinato do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, em uma delegacia de polícia;

Dentro do MNU, ocupou as posições de Coordenador Estadual, em SP, membro da Coordenação Nacional, Coordenador de Relações Internacionais e Coordenador Nacional de Formação Política e Organização;

1979

Durante o governo Maluf, Milton e outros trabalhadores foram demitidos por estarem fortemente envolvidos em atividades sindicais e de organização da categoria;

1982

Milton fez parte do **Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT)** do Estado de São Paulo;

Juntamente com outros militantes como Clóves Castro, Sônia Regina Leite, Flávio Carrança e Fátima Ferreira, criou a primeira **Comissão de Negros do PT**, em SP;

1986

Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro, de onde saíram as principais propostas de criminalização do racismo e da Resolução 68, a qual estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”;

1988

No ano do **Centenário da Abolição**, Milton Barbosa participou da executiva de organização da marcha em São Paulo;

1995

Num marco das lutas do Movimento Negro, Milton também foi integrante da executiva de organização da primeira **Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida**, realizada no dia 20 de novembro e que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília. Além de lembrar os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a Marcha representa um marco na luta pelo reconhecimento das injustiças históricas sofridas pelo povo negro e a inclusão de políticas públicas voltadas para a população negra na agenda política do governo;

Em sua militância, Milton Barbosa tem como posicionamento a autonomia e independência do Movimento Negro em relação a governos e partidos políticos, também buscando estimular a articulação do MNU com movimentos sociais.

Primeiro Protesto do MNU
Ato de lançamento do Movimento Negro Unificado em 07 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal, São Paulo



Foto: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp



adeiras, cozinheiras, parteiras/Dançarinas, escritoras, mães.../Vivem com garras papéis/Lá Vem
/Lá vão elas? As negras são belas" (Lá vêm elas", de Eliane Francisco).

parte de uma quadro mais amplo de aumento da violência racial no País. É uma violência social que se expressa por muitas posturas, atos, que estão evidentemente vinculados a uma proposta de extermínio do povo negro.

Desse modo, afirmar que o controle da natalidade praticado no Brasil objetiva apenas impedir o crescimento da população pobre é desconsiderar que ela seja majoritariamente formada por negros. Mas atribuir a formação majoritária da pobreza no Brasil à presença do negro, também é ignorar a importância que o racismo tem na produção dessas condições de pobreza.

Isso faz parte, a nosso ver, de uma estratégia ampla de mascaramento dos limites da sociedade, por um outro lado. E, por outro também — é algo que devemos passar admitir —, faz parte de uma estratégia de favorecimento do branco de qualquer classe social. Aproximando um pouquinho mais da questão, é bom vermos o seguinte: os estudos sobre população no Brasil são unânimes em identificar uma tendência declinante no crescimento populacional. A taxa de fecundidade total, que era de 5, quase 6 filhos por mulher em 1970, caiu para 4,3 filhos em 80, e caiu mais ainda entre 80 e 85 para uma taxa de fecundidade total de 3,3 filhos por mulher.

Agora, o mais importante a respeito disso, e que ninguém coloca, embora os dados existam aí à disposição é que, historicamente no Brasil, pelo menos até 1960, a taxa de fecundidade total de mulheres negra sempre foi inferior à das mulheres brancas, especialmente a das mulheres que são consideradas pretas pelo censo demográfico.

O que é que isso nos traz como informação importante para ser retirada? Primordialmente, essa queda acelerada do crescimento populacional e da fecundidade que, segundo os especialistas, é um processo irreversível, não permite, em hipótese nenhuma, afirmar que no Brasil existe um processo de explosão demográfica. E portanto, esse tipo de informação traz para nós uma grande outra pergunta: se existe uma evidência de que o crescimento populacional cai violentamente, o que é que justificaria a existência desse processo de esterilização em massa?

O que vamos observar é que a fecundidade das mulheres consideradas pretas pelo censo demográfico é mais baixa, em função

ção de mulheres unidas; existe até mesmo entre essas mulheres negras unidade uma menor proporção de mulheres que têm filhos. Isso leva à seguinte conclusão: existe dentro da população negra, entre as mulheres negras, um componente de esterilidade que não está sendo levado em consideração, que eu chamo de "esterilidade involuntária", isto é, causada por doenças. Sabemos perfeitamente que existe uma ocorrência preferencial de mioma em mulheres negras. Paralelamente, não existe no Brasil nenhum tipo de pesquisa desenvolvida no sentido do tratamento deste tipo de ocorrência que, geralmente é tratado com a chamada histerectomia. Isto é algo que se agrega, digamos assim, a todos esses dados de esterilização provocada a que nós temos acesso hoje.

Estou colocando isso para que tenhamos um pouco a idéia de que raça é definidora de uma série de aspectos que envolvem a vida de brancos e negros numa sociedade racista, como a brasileira. Até mesmo a questão da esterilidade involuntária não pode ser tratada independentemente da condição racial dessas mulheres. Também a menor proporção de casamentos de mulheres negras é algo que não está desvinculado de todo o processo de inferiorização a que os negros e a mulher negra, em particular, têm sido submetidos.

Neste sentido caberia, então, perguntar se esse brutal decréscimo da taxa de fecundidade e dos incrementos populacionais no País foram, num certo sentido, comandados pelo decréscimo da taxa de fecundidade de mulheres brancas. Eu diria inclusive que, num certo sentido, já se atingiu com essas mulheres um determinado objetivo, até mesmo talvez sem querer que esse objetivo fosse atingido. E se esse crescimento já caiu a patamares que não se encontra, às vezes, nem em países considerados desenvolvidos, uma média de 1,8% ao ano, por que então se insiste em que essas ações controlistas sejam mantidas no País no grau de impunidade em que elas vêm acontecendo?

Não há como não perceber que essas ações que se processam, especialmente a partir dos anos 80, têm endereço certo, porque agora é preciso fazer cair violentamente a taxa de fecundidade entre as mulheres negras. E isso vai ter, entre nós, uma repercussão — em termos — potencializada por

esse tipo de informação. É possível que a informação seja verdadeira, de que exista efetivamente entre as mulheres negras, um percentual menor de esterilizadas do que se

verifica entre mulheres brancas. Esse percentual menor de esterilizações provocadas, não pode ser visto fora do contexto da chamada "esterilidade involuntária", porque aí é que vamos ter condições de perceber o quanto, num País racista como o Brasil, não existe a menor possibilidade de se ter políticas que se dirijam a grandes contingentes populacionais, sem que essas políticas tenham efeitos diferenciados e quase sempre desiguais entre brancos e negros.

Em relação a isso, gostaria de acrescentar que, entre as mulheres negras, o processo de esterilização ganha um significado especial. Porque quando esses dados são observados de acordo com a região o quadro muda. Se pegarmos

da população brasileira, a maioria da população é um processo dirigido, principalmente para a população negra".

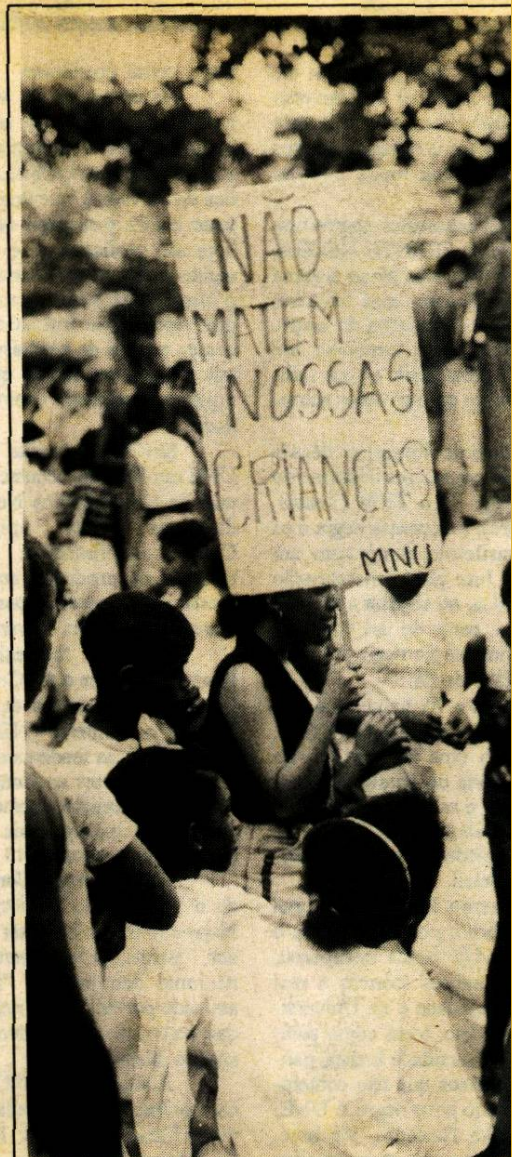
A partir da divulgação dos dados da PNAD, de 1986 que, segundo fui informada, já foram bastante trabalhados e discutidos aqui nesta CPI — não vou voltar a eles, apenas utilizá-los para podermos nos situar melhor em termos dessa questão de racismo e de controle da natalidade —, tem causado muita polêmica o fato de que pelas informações da PNAD, as mulheres negras têm uma proporção menor de esterilizadas.

É preciso tomar cuidado com

da população brasileira, a maioria da população é um processo dirigido, principalmente para a população negra".
Percebemos também a composição racial das ações controlistas que nas regiões de maior caso do Nordeste, não incidem sobre um número de mulheres negras como também idades e faixas etárias ir a população branca é por exemplo, um percentual de mulheres esterilizadas aos 20 anos de idade.

Isso dá uma magnitude absolutamente importante desses dados e como tendem a desconsiderarem nossa só a taxa de esterilização de mulheres jovens, como esterilizam por razões significativas, ao contrário oficiais publicam, de que geralmente é feita como medida para evitar filhos ou, na verdade, esterilizações são realizadas para alegar-se problemas de

Acho que, no geral, as informações que gostaríamos de ver no relatório da CPI, reformada, não há possibilidade de ser racista, negros e brancos, com a mesma intensidade o que as gerais estabelecidas para a população.



MEMÓRIA NEGRA

SEGUNDO MILTON BARBOSA

Trecho de entrevista concedida a Amauri Mendes Pereira e Iêdo Ferreira para o vídeo “História de Luta”

Introdução por Paulo C. Ramos

O Golpe Militar de 1964, que suspendeu o processo de democratização brasileiro, também impôs restrições a atuação do associativismo negro. Quando uma geração de estudantes universitários passou a despertar para a consciência racial, antigos militantes não puderam acompanhar o início da formação dos novos militantes que chegavam. Contudo, jovens como Milton Barbosa passaram a procurar as pessoas que estiveram em atuação 20, 30 e até mesmo 40 anos atrás. E, ao conhecer a atuação daqueles velhos militantes, Milton descobriu a necessidade da reconstituição da memória do ativismo, e pôs-se ávido por manter contato com eles. Fica evidente a preocupação de Milton com a memória negra quando a conexão entre as gerações e a proximidade da luta foi contestada, como ocorreu em um almoço em 1985, em Aristocrata Clube, em São Paulo:

Eu vou retomar um pouco a parte em que o senhor José Correia Leite colocou que não há ligação [entre as duas gerações de militantes], não é? ...e colocar que há essa ligação. E como exemplo eu vou citar, no início de 1972, mais ou menos, eu, mais o companheiro Rafael [Pinto], e o Nininho, a gente se reuniu para discutir a situação do negro. E aí a

gente pensava, inclusive que a gente estava inventando o movimento negro, ou qualquer coisa desse tipo. Quando de repente a gente começou a buscar as informações, a gente começou a ter contatos e, descobrir que já haviam sido feitos trabalhos... a gente ficou sabendo da questão da Frente Negra Brasileira, trabalhos que foram realizados pela Associação Cultural do Negro, né? E nós buscamos as pessoas... então conversamos com o senhor José Correia Leite, com o Senhor Henrique Cunha, então, de repente, a gente começou a levantar informações, né? E ficou claro pra gente que na realidade é que a questão não é que não há uma ligação, o que falta é memória... da população negra, né, e que de repente é uma grande preocupação do movimento negro, de realmente levantar essas memórias, de criar formas de se ver o que foi feito no passado e ver como ligar isso com o presente. Então, na realidade, há uma ligação porque a gente aprendeu com eles. A gente começou a descobrir formas de intervir, formas de reivindicar, justamente em função do processo que eles desencadearam, então realmente há ligação.

Acesse a entrevista completa [aqui](#).

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O NEGRO NA VIRADA DO SÉCULO POR MAIS TERRA, TRABALHO E EDUCAÇÃO



DIA 18/11/96
ÀS 19 HORAS

COLETIVO MUNICIPAL
DE NEGROS DO PT

R. PEDRO TAQUES, 68
CONSOLAÇÃO

ORGANIZAÇÃO:

MILTON BARBOSA (MNU)
MAURO T. DINIZ

INFORMAÇÕES:

259-8411
224-1912
263-9695

CONVIDADOS:

SECRETARIA NACIONAL
DE COMBATE AO RACISMO-PT
RACIONAIS MC
COMISSÃO DE COMBATE
AO RACISMO-CUT
QUILOMBOJE
NEAFRO-PUC
PROJETO CULTURAL FALA NEGÃO

ÁRVORE DAS PALAVRAS

VENTRE LIVRE



28 de setembro de 1871 o "Ventre é livre" Sobre este nome abrigou-se a lei regendo que seriam considerados livres todos os escravos nascidos a partir dessa data. Sob a frase: No Brasil ninguém nasce ee cravo, consideravam esta lei como a forma de acabarem lentamente a escravidão, desde que o tráfico já era proibido em decreto anterior (1850). Mas a lei não tinha a força esperada pois só o número daqueles que morriam ou ficavam inutilizados no cativeiro era - muitas vezes maior que o número que o número de libertos e mais os negros não tinham meios de policiar a execução da lei e os demais não ligavam muito para ela. O Ventre é livre de mulheres que não eram livres e lançavam no mundo homens ditos livres para viverem a mesma SITUÇÃO DOS ESCRAVOS, numa sociedade de preconceitos onde o que lhes sobrava era a marginalização, a falta de direitos iguais e a desvalorização, criada pelo mito de inferioridade. (Mito que tem como único sentido mater o - negro que nele acredita, es cravo de sua sorte). A lei não dava assistência e - nem orientação para poderem alcançar uma liberdade digna. A massa sem grilhões aumentaria, somariam-se os nascidos aos forros e fugi

dos, mas os únicos dentre estes que eram realmente livres, foram aqueles que se revoltaram, não ficando acomodados a falsa situação - dos saídos da escravidão, estes tinham a liberdade consciente.

HISTÓRIA DE UM DOCUMENTO

ÁRVORE DAS PALAVRAS

por Gustavo Mesquita e Gustavo Albuquerque

O clandestino da década de 70: assim ficou mais conhecido o jornal *Árvore das Palavras* entre seus leitores. É que o manto da clandestinidade estivera presente em toda a trajetória do jornal na segunda metade da década de 1970. Esses eram os tempos de ditadura militar e governo Ernesto Geisel, ainda sob forte cerceamento à liberdade de imprensa, quando os militantes Milton Barbosa, Jamu Minka e Rafael Pinto somaram esforços para criar um jornal dedicado à denúncia do racismo existente na sociedade brasileira. Apesar das restrições às liberdades civis mantidas pela ditadura, o *Árvore das Palavras* circulou principalmente pelas ruas da cidade de São Paulo entre 1974 e 1979. O nome que um dia carregou está relacionado ao hábito africano de se reunir embaixo de baobás gigantes para a contação de histórias e transmissão de conhecimentos sociais.

A realização do jornal aconteceu graças ao trabalho voluntário de estudantes e militantes negros. Era produzido em segredo no Centro Acadêmico da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, onde Milton estudava Economia naquela época. Segundo ele, a criação do jornal foi inspirada na experiência histórica do *Clarim d'Alvorada*, um jornal criado de forma pioneira em São Paulo, nos anos 1920, sob a liderança dos jornalistas José Correia Leite e Jayme de Aguiar.¹ Em sintonia com esta experiência

pioneira, o *Árvore das Palavras* foi estabelecido como um jornal-manifesto, ou seja, um veículo de comunicação de esquerda e instrumento de ampliação de vozes negras. Sua distribuição tinha como foco leitores negros interessados em pensar e agir sobre a questão racial no Brasil e no mundo. O jornal era entregue de forma gratuita por seus próprios redatores nas ruas de São Paulo, circulando especialmente no viaduto do Chá e nos bailes blacks que encontravam pela cidade. É por isso que podemos retratá-lo como um jornal redigido por estudantes-militantes negros, que decidiram levar informação a seu público-alvo além dos limites da universidade.

Temas considerados fundamentais para a resurgência do movimento negro e a luta contra o racismo tiveram destaque nas páginas do *Árvore das Palavras*. São alguns desses temas: o aprofundamento da consciência negra num país com racismo velado; alternativas à marginalização social do negro; o racismo impregnado nos meios de comunicação da época; a violência policial contra pessoas negras nas periferias urbanas; o autoritarismo e a repressão da ditadura militar; informativos internacionais, como as notícias da prisão de um dos líderes dos Panteras Negras, Eldridge Cleaver, pelo *Federal Bureau of Information*; as revoluções de libertação de países africanos do colonialismo português; por último mas

não menos importante, a beleza do corpo e da cultura afro-brasileira.

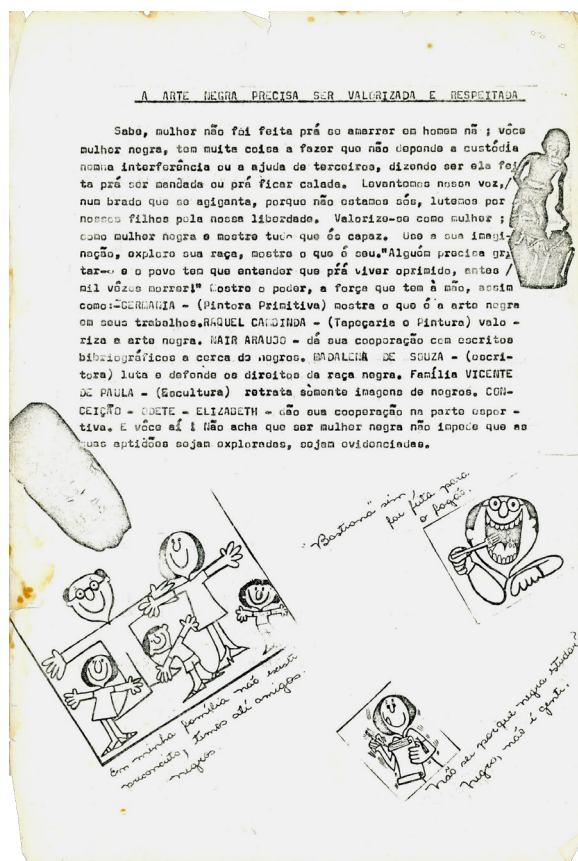
Não era raro o *Árvore das Palavras* trazer discussões sobre a valorização do ser negro. De modo geral, publicava textos provocativos para que seus leitores tomassem consciência de que sua beleza não precisaria ser semelhante à dos brancos.² O jornal também publicava textos que valorizavam a capacidade de trabalho da população negra, a exemplo da atuação daqueles que tiveram muito destaque no campo das artes, como Nair Araújo, Madalena de Souza e Família Vicente de Paula. Havia entre os redatores uma preocupação com o respeito às produções de pessoas negras, almejando que fosse maior. Assim, eles buscavam encorajar aqueles que tivessem talentos artísticos e intelectuais a fazerem suas produções sem sentimentos de inferioridade.

Já no que diz respeito à política e ao governo, o jornal trazia relatos sobre os encarcerados pela ditadura e fazia fortes críticas à política de segurança pública do governo Geisel, pois estaria resultando na repressão não raro violenta da população negra, pobre e periférica do País. Na mesma linha de contestações sociais feitas através do jornal, mas mirando na interpretação do passado da nação, estavam reivindicações pela releitura do processo abolicionista do século XIX a partir de novos estudos históricos. Exemplo de tais reivindicações encontra-se em uma das edições do jornal em que se questionava a efetividade da Lei do Ventre Livre. É que essa lei, segundo os redatores, gerou uma falsa ideia de liberdade aos filhos de mães escravas

nascidos no Brasil, ainda fortemente escravagista, do oitocentos. Assim como esta crítica, encontramos outros artigos no *Árvore das Palavras* em que se procura desmistificar a benevolência da elite branca escravagista do passado. Também questionava a retórica governista de Geisel que valorizava o mito da democracia racial – um dos pilares ideológicos do regime militar então vigente.

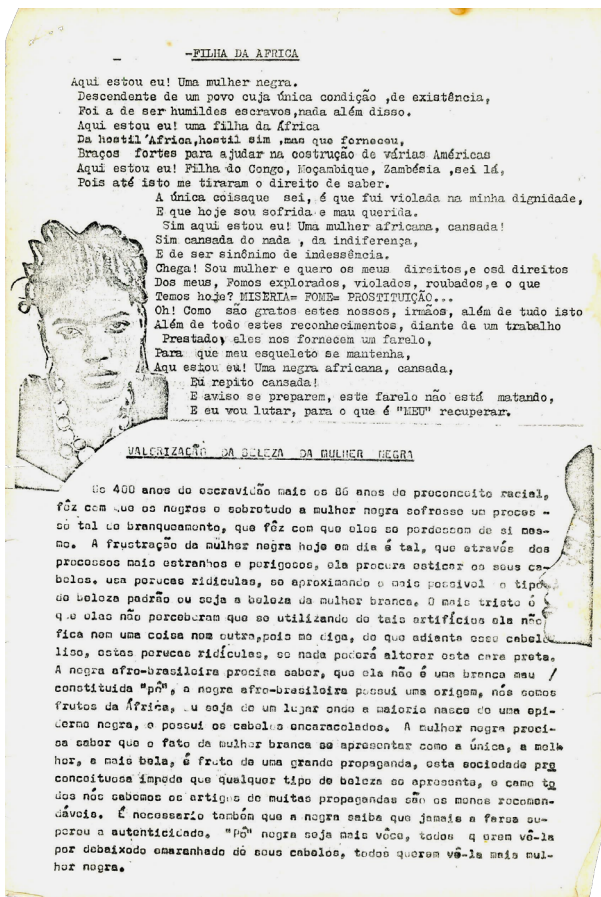
É preciso não perder de vista o fato de que a produção do jornal era feita em tempos ditatoriais. Portanto, ficava sob a vigilância do Serviço

Nacional de Informação, assim como outros jornais da imprensa negra. Os redatores do *Árvore das Palavras* foram submetidos à lógica da suspeição ditatorial, sendo tratados como inimigos da pátria e constantemente vigiados por agentes da polícia política. Isso acontecia porque os artigos do jornal com frequência questionavam o discurso apaziguador de unidade nacional e harmonia racial estabelecido pelos militares no poder. As críticas ao mito da democracia racial, sobretudo, eram

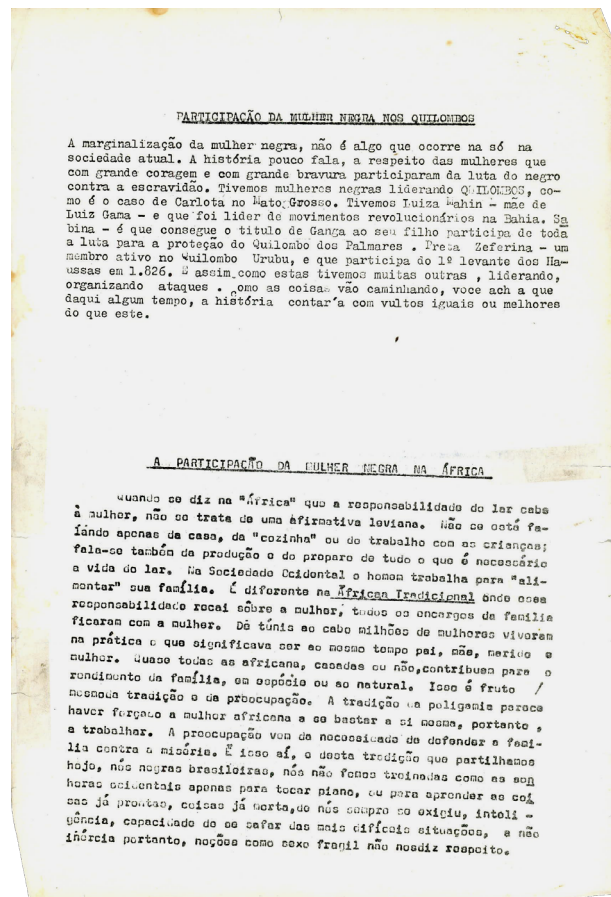


vistas como atos de subversão da ordem política e social. Na visão dos ditadores, tais críticas eram formuladas por representantes do comunismo internacional para que houvesse crescente infiltração desta ideologia no Brasil.³

Entretanto, o *Árvore das Palavras* é considerado uma iniciativa importante para o avanço da luta contra o racismo em fins da década de 70. Segundo Milton, o jornal contribuiu para a formação, em 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU).⁴ Naquele momento, os redatores do jornal e outros militantes buscavam construir uma



Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp



unidade para as ações do movimento negro em âmbito nacional. A contribuição do jornal a este objetivo se deu pelo alcance ampliado da discussão de temas então candentes. Um dos principais avanços obtidos foi a formação de consenso em torno do simbolismo do dia 20 de novembro, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, como data de promoção da consciência negra no Brasil. O jornal propunha que a data de 13 de maio, relativa à abolição da escravidão, fosse dedicada à denúncia do racismo dos brancos. Nesse sentido, destacava a organização de quilombos e outras formas de resistência escrava na história do Brasil, a despeito da imagem que muitos tinham de benevolência das elites brancas.

Por ter contribuído para a formação de consensos entre militantes, o *Árvore das Palavras* terminou seus dias, em 1979, saindo da clandestinidade para compor repertórios e formas de luta política do MNU em pleno espaço público brasileiro.

REFERÊNCIAS

- 1 O depoimento está disponível no jornal *Opera Mundi*. Cf. Estanislau, Lucas & Angelo, Tiago. *Árvore das Palavras: um jornal negro contra a ditadura*. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/48394/arvore-das-palavras-um-jornal-negro-contra-a-ditadura>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- 2 Esses textos eram especialmente dedicados às mulheres negras.
- 3 Kössling, Karin Sant'Anna. *As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- 4 Estanislau, Lucas & Angelo, Tiago. Op. cit.

ARTICULAÇÕES & DIÁLOGOS

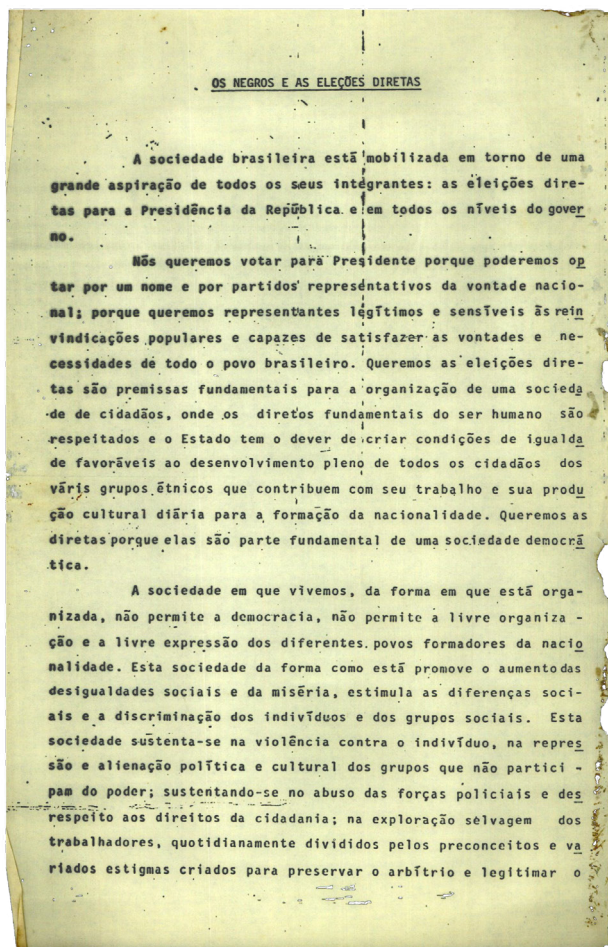
Cada acervo pode contar uma história que possui várias histórias dentro dela. É assim com o Acervo de Milton Barbosa. A partir da reunião de documentos de uma vida toda, é possível contar a história de atuação política de Milton Barbosa e ao mesmo notar as histórias das organizações às quais Milton esteve vinculado, das quais ele participou e com as quais contribuiu.

Desta forma, emergem pequenas histórias ou grandes tendências que se entrelaçam com pessoas, entidades e temas do associativismo negro. Temas como sindicalismo, socialismo, o engajamento na luta de classes e a luta anti-imperialista se fazem presentes neste arquivo. Embora umbilicalmente ligado ao Movimento Negro Unificado, o acervo mostra as alianças do movimento negro com organizações ligadas aos direitos humanos, a interlocução entre a imprensa negra e os movimentos culturais negros. Como Milton liderou a denúncia da violência policial, foi fundador e filiado ao Partido dos Trabalhadores,

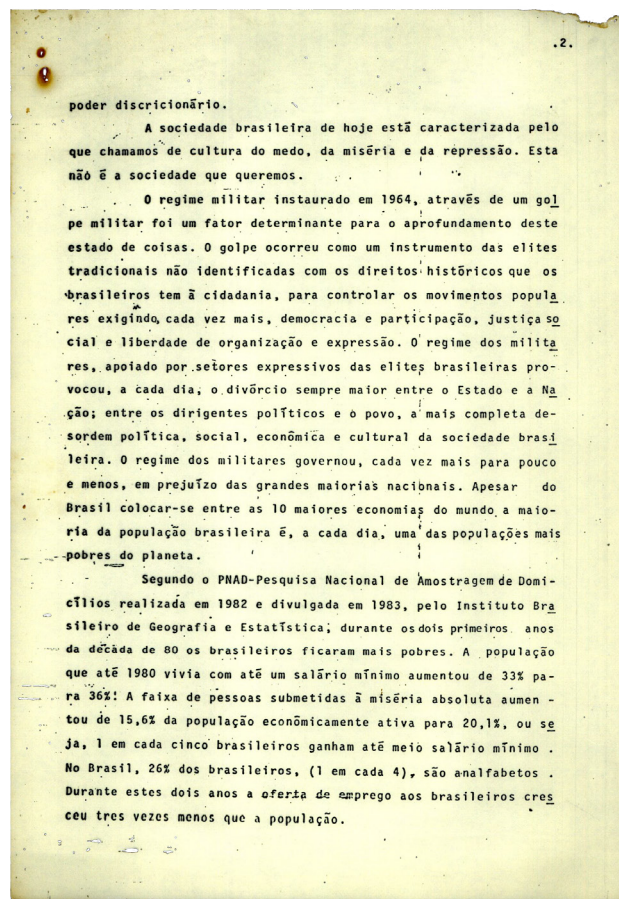
mostra como o debate entre raça e classe foi feito no Brasil a partir de sua atuação no Sindicato dos Metroviários de São Paulo; também conseguimos observar a concretização de articulações internacionais com os povos africanos da diáspora, entre outras tantas lutas.

Assim, este acervo tem muitas vozes por meio de um ator e a memória negra vai contando a história de forma plural, mostrando conflitos e consensos, ideias, ações, reações, eventos supostamente independentes e os processos políticos que os produziram.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA



Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp



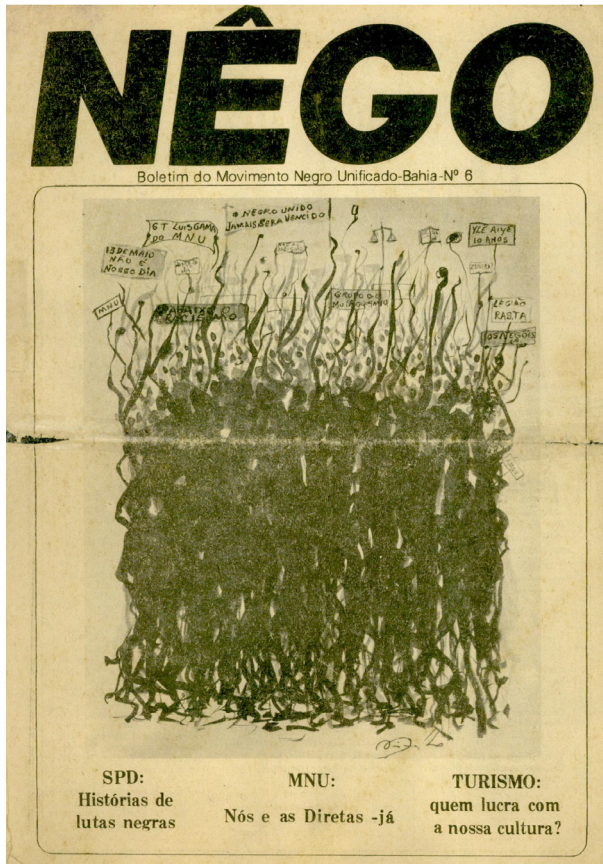
OS NEGROS E AS ELEIÇÕES DIRETAS [c. 1984-85]

por Gustavo Mesquita

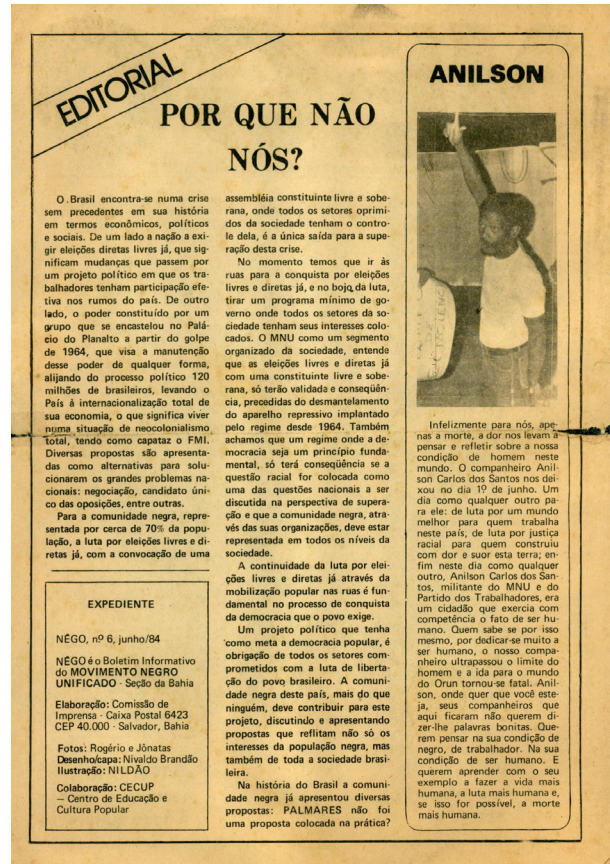
Temos aqui uma análise política da situação do negro nos momentos finais da ditadura militar brasileira. Embora o documento não apresente uma data, é provável que tenha sido escrito durante os anos do governo João Figueiredo, o último governo da ditadura militar. Nesses tempos, o processo de abertura política avançava com força e a esperança das oposições pela implantação de um novo sistema político

aumentava a cada dia. A conclusão do texto é a de que a eleição direta para presidente da República seria fundamental ao negro naqueles momentos. O livre exercício do voto em candidatos e partidos legítimos fortaleceria a volta à democracia, assim como a representação de interesses organizados da população negra na arena política nacional se tornaria possível pela via do voto, a princípio, para presidente.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA



Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp

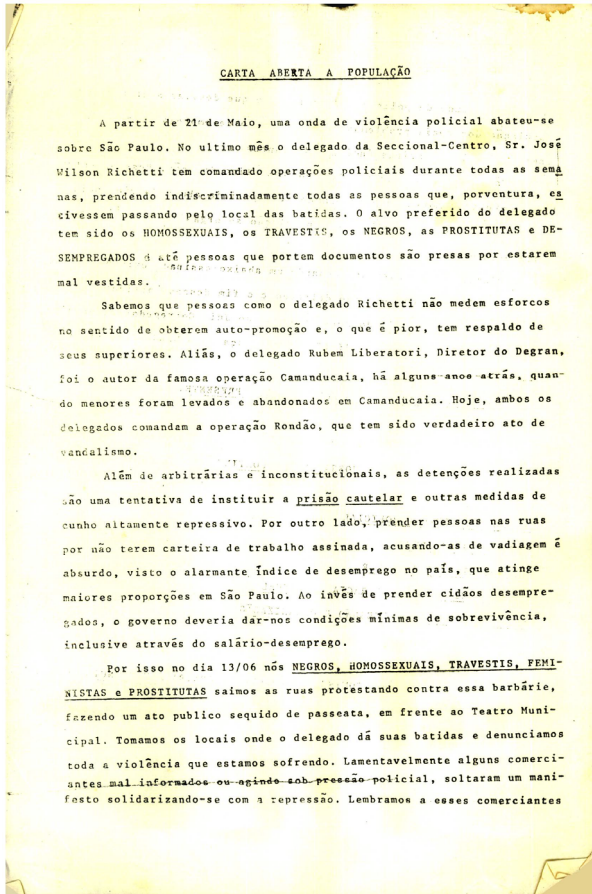
**NÊGO - BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO / BAHIA [1984]**

por Gustavo Mesquita

O editorial de 1984 do informativo do MNU, seção Bahia, também saiu em defesa das eleições diretas para presidente da República. Porém, mais do que uma tomada de posição em assunto eleitoral, o MNU colocou-se neste documento como representante plenamente constituído dos interesses da população negra em face de um novo tempo que se anunciava com o avanço da

abertura política, da redemocratização e da luta popular pela Assembleia Nacional Constituinte. O editorial trouxe a posição do MNU quanto à construção da democracia brasileira: “A continuidade da luta por eleições livres e diretas já através da mobilização popular nas ruas é fundamental no processo de conquista da democracia que o povo exige”.

VIOLÊNCIA POLICIAL

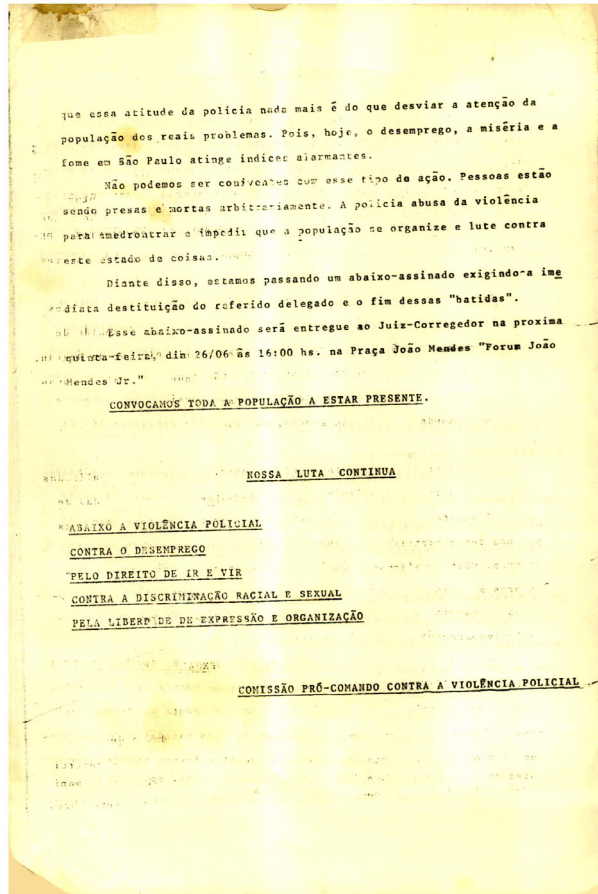


Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO [26/jun/1980]

por Silvia Aguião

Retrata momento de reação conjunta de movimentos sociais organizados em torno de diferentes pautas frente à violência policial. No contexto da cidade de São Paulo no início dos anos 1980, operações policiais espancavam e prendiam, sob a acusação de vadiagem, especialmente negros, homossexuais, travestis e prostitutas. A Carta Aberta trata de um abaixo-assinado exigindo a destituição dos delegados responsáveis e o fim das “batidas” policiais e menciona o ato público que havia sido realizado em frente ao Teatro Municipal em 13 de junho de 1980 pelo



Movimento Negro Unificado, organizações de então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, movimentos feministas, de mulheres e de prostitutas. As palavras de ordem que encerram a carta reúnem pautas em torno de raça, classe, sexualidade, sexo/gênero, liberdade de expressão e direito de ir e vir.

MANO

BOLETIM DA CAMPANHA "MANO NÃO MORRA, NÃO MATE" MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU / SP - ABR

"MANO NÃO MORRA, NÃO MATE"



EDITORIAL CAMPANHA NACIONAL "MANO NÃO MORRA, NÃO MATE"

Campanhas para pacificar a sociedade brasileira tem sido feitas, colocando a população pobre e negra como agente da violência, quando na realidade esta população é vítima da violência que caminha em todo o país.

A grande maioria das mortes violentas na cidade de São Paulo e em todas as grandes cidades do país, são de jovens entre 14 e 25 anos. Na sua quase totalidade negros e pobres, sem passagem policial.

A punição dos assassinos é nula. Fazem onda na mídia, inventam-se campanhas, mas não se discute e nem apresentam propostas para combater as mazelas criadas pelo sistema capitalista, que concentra a renda em torno de algumas famílias abastadas que vivem nos jardins e negócios assalariados, com total moratória às custas da maioria dos trabalhadores, que vivem na periferia e em péssimas condições de vida.

"Mano não morra, não mate"

REUNIAO AS TERÇAS FEIRAS AS 19:30hs. Na Rua Silveira Martins, proximo a estação Se do Metrô. Fone 3101-7393

MANO

BOLETIM DA CAMPANHA "MANO NÃO MORRA, NÃO MATE" MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU / SP - NOVEMBRO

"MANO NÃO MORRA, NÃO MATE"

As 00:30 horas do dia 10 de Setembro de 2004, em Itaquá, SP, ocorreu o acidente que vitimou Márcio Vicente Choro, o Preto Choro, liderança nacional do Movimento Hip-Hop e componente do Grupo Classestadio que em 2003 recebeu o prêmio Inua, como grupo vanguardista. Preto Choro era um dos jovens mais produtivos e representativo do Hip-Hop nacional. Morreu também, neste acidente, Juan Carlos Ribeiro, Coordenador Estadual do MNU e militante do Partido dos Trabalhadores.

Juan tem deixado um legado de luta, militância incondicional, amor ao MNU, à causa negra, à família, amigos, irmãos e discípulos, como afirma nossa irmã e dirigente nacional do MNU, Maria Cecília Silveira.

"Therese, tenho hoje exemplo no espelho para enfrentamento ao preconceito e preconceição de forma que não o deturpa feliz e ao que de fato foi seu último momento de vida, teremos LUTAR COM FORÇA, OBSTINAÇÃO E PERSISTÊNCIA NO COMBATE, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL".

Daniel Wierwinski, estudante de jornalismo e presidente da Associação dos Jornalistas Acadêmicos (AJA) da UNIVALDE de Itaquá, também faleceu neste terrível acidente.

NORRAS HOMENAGENS PÓSTUMAS AOS NOSSOS HEROIS



JUAN CARLOS RIBEIRO

MARCHA DA CONSCIÊNCIA

No dia 20 de novembro de 2003, 6000 pessoas participaram da Marcha da Consciência Negra em São Paulo, comemorando o primeiro feriado na cidade em homenagem ao grande herói nacional, Zumbi dos Palmares, morto em 16 de novembro de 1695.

Em 4 de novembro de 1979, quando o Movimento Negro Unificado decidiu, em Assembleia Nacional em Salvador, a lutar para transformar o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, em DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

vivemos uma Ditadura Militar cruel e sangrenta. O governo brasileiro da época, racista e fascista, arranca o salto do trabalho e massacra negros através da violência policial e do grupo de extermínio do exército do ditador gen. Emílio Garrastazuza da Costa e Silva.

A luta de negro se repetiu para todo o país, juntando aos setores organizados dos trabalhadores no enfrentamento ao Regime Militar.

Democratas e farsa da Abolição da Escravidão, a Democracia Racial Brasileira, o ensino oficial racista, o racismo nos meios de comunicação e a violência policial que se abate sobre a população negra, em especial a juventude, como

REUNIAO AS TERÇAS FEIRAS AS 19:30hs. Na Rua Silveira Martins, proximo a estação Se do Metrô. Fone 3101-7393 - NA SEDE DO MNU

MANO

BOLETIM DA CAMPANHA "MANO NÃO MORRA, NÃO MATE" MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU / SP - DEZEMBRO / 2005

"MANO NÃO MORRA, NÃO MATE"

Pai acha que se fez justiça

Jonas Sant'Ana, policial militar aposentado, pai do detento negro Flávio Sant'Ana, morto por PM's, acha que foi feita justiça, pois os policiais foram condenados a 17 anos e setes meses de prisão por homicídio, fraude processual e porte ilegal de arma - o mesmo Carlos Alberto de Souza Santos e o soldado Luciano José Dias. O cabo Ricardo Azeiteiro foi absolvido do crime de homicídio, mas acabou condenado a seis meses e meio de prisão pelos outros crimes - fraude processual e porte ilegal de arma.

Meu filho não voltará, mas foi feita justiça. Então conseguindo me refazer, com sensação do dever cumprido.

Assim se manifestou Jonas Sant'Ana, que juntamente com sua família e entidades do movimento negro e de direitos humanos, teve desde o dia em que soube da morte de seu filho ocorrida no dia 3 de fevereiro de 2004, até a madrugada do dia 20 de outubro, quando o PM recebeu a sentença do juiz Marcos Antônio Martins Vargas.

O promotor Francisco José Tadeu Cembranel acredita que o resultado foi satisfatório, principalmente pelo fato de os acusados terem perdido suas funções na Polícia Militar.

Flávio foi morto quando voltava do aeroporto de Cambiá, onde fora levado a taxonomia e, como relatou Antonio dos Anjos, ao ser abordado, levantou as mãos, mas os policiais não lhe deixaram. Para forçar a ceder do crime, os policiais colocaram no bolso do detento os documentos do comerciante e perto dele uma arma com munição armada para simular uma resistência seguida de morte.

O comerciante, Antonio dos Anjos, demarcou a farsa elaborada pelos policiais.



Flávio Ferreira Sant'Ana

REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU - NO BRASIL

Diá 14 de dezembro de 2005, em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e Comissão dos Direitos Humanos do Movimento Negro Unificado e outras entidades de defesa dos Direitos Humanos, se reuniram com a Dra. Hina Jilani, Relatoira dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas-ONU, quando relataram as perseguições e violências sofridas por milhares de pessoas da população vítimas de racismo.

violência policial e outras formas. O MNU vai entregar uma documento cujo título é: Violência Racial e Genocídio do Negro (Abolimento) no Brasil. O documento aborda a situação do negro na cidade de São Paulo e no Brasil como um todo, denunciando inclusive, que se o chamas no país stinge na maioria das vezes a população negra, mostrando o caráter racista dessas ações.

NÃO FORTALEÇA OS RACISTAS O MNU ADVERTE

NÃO GASTE SEU DECIMO TERCEIRO EM LOJAS OU LOCAIS QUE NÃO EMPREGAM NEGROS (AS)

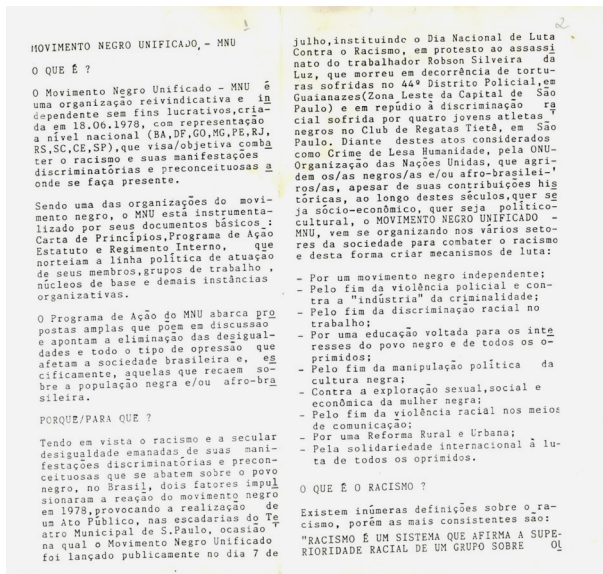
Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp

CAMPANHA "MANO NÃO MORRA, NÃO MATE" [2003-2005] por Fillipe Alves

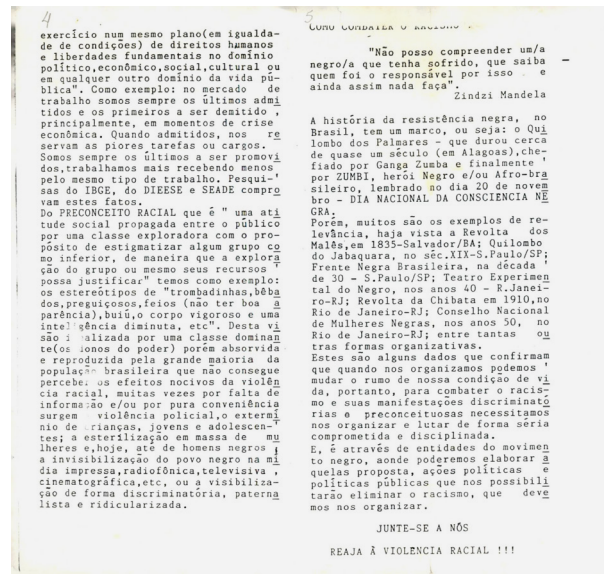
A Campanha com foco na juventude negra, mas que se estende para todos que "sofrem discriminações", busca subverter a ordem narrativa imposta sobre jovens negros colocando os mesmos como vítimas e não agentes promotores da violência. Obteve adesão e apoio de artistas da cena hip hop como Racionais MC's, Fato expressivo e do grupo Cultural Força Ativa. "Mano, não morra. Mano, não mate" surge com o objetivo de conscientizar a juventude negra e periférica de sua condição racial e social, e instrumentalizar esses jovens para o enfrentamento do genocídio negro em curso. A campanha atua por meio da

recuperação da autoestima, formas de enfrentamento à violência racial, promoção da saúde e busca por empregos. Os boletins produzidos para a campanha, ao noticiar as mortes de pessoas negras pela polícia, o fazem sob uma perspectiva crítica e humanizada ao nomear e racializar as vítimas. Contavam também com chamada para marchas, palavras de ordem, empoderamento e trazer artigos de opinião, poesias e divulgação de eventos voltados para a população negra.

VIOLÊNCIA POLICIAL



Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp



CAMPANHA "REAJA À VIOLÊNCIA RACIAL" DO MNU [1978]

por Paulo César Ramos

Quase como um sinônimo, a violência racial é entendida como a ação brutal e letal da polícia contra pessoas negras, ou seja, como violência policial, a violência que sempre esteve na agenda do movimento negro contemporâneo desde a sua fundação. Muitas vezes, o movimento negro atuou nesta pauta de modo reativo, isto é, reagindo a casos em que a polícia violentou ou matou algum jovem negro. O caso mais simbólico é o de Robson Silveira da Luz, morto em 1978 por consequências de torturas sofridas numa delegacia na cidade de São Paulo. Contudo, muitas vítimas foram se somando a este processo político. Para sair da forma reativa de protesto, o Movimento Negro Unificado desenvolveu, a partir de 1991, a campanha Reaja à Violência Racial.

Nela, a violência policial aparecia como um dos problemas ligados à violência racial, ao lado da representatividade política, hiperencarceramento, desemprego, evasão escolar, controle de natalidade etc. Assim, a pauta da violência policial ganha contornos estruturantes da sociedade, segundo o diagnóstico do movimento negro, por um lado, e por outro, a ideia de violência passa a ser associada diretamente ao racismo, assumindo, assim, um significado aberto e inclusivo, para acolher todas as experiências de violação da população negra no Brasil. Foi assim que o MNU abordou, nos anos 1990, com centralidade na agenda da organização e estratégia para enfrentamento do tema da violência racial.

MULHERES NEGRAS



Imagens: Fundo Milton Barbosa, Afro-CEBRAP / AEL Unicamp



JORNAL NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO [1993]

por Maria Júlia Ananias

O documento reproduz o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU - Salvador, na Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pela Deputada Federal Benedita da Silva para investigar a esterilização de mulheres no Brasil, em 1992. O texto expõe a esterilização em massa como uma expressão da violência racial e de gênero no Brasil, uma vez que a prática incide, em sua maioria, sobre mulheres negras e pobres. Bairros aborda a necessidade de refutar o mito da democracia racial, reforçado sobretudo durante a ditadura militar como tentativa de esconder as tensões raciais e promover uma suposta unidade nacional. Resgata a luta do movimento negro contra discursos e práticas que responsabilizam

famílias pobres, majoritariamente chefiadas por mulheres negras que, por sua vez, têm seus direitos reprodutivos violados por uma política de controle de natalidade compulsória. A então Coordenadora Nacional do MNU reflete sobre a necessidade de criar políticas públicas mais humanas e efetivas, que considerem o quadro nacional mais amplo de desigualdades sociais e raciais, no qual o racismo é um fator fundamental de (re)produção da pobreza.

Por iniciativa da Deputada Federal Benedita da Silva foi instalada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil. O MNU é o coordenador da CPI.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

em 1992, em Salvador, Bahia, durante o depoimento de Luiza Bairros, então Coordenadora Nacional do MNU e do Grupo de Mulheres do MNU Salvador, na oportunidade, para investigar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

Esta publicação foi composta com as fontes Source Serif, **CHANEY** e VTC Du Bois. Esta última é o resultado do trabalho realizado pelo designer afro-estadunidense Tré Seals, fundador da *foundry* independente Vocal Type, especializada em trabalhos de resgate tipográfico a partir da Memória Gráfica dos movimentos negros estadunidenses. A família VTC Du Bois homenageia o trabalho pioneiro de visualização de dados e ativismo realizado pelo sociólogo W.E.B. Du Bois nos estudos *The Georgia Negro: A Social Study* e *A Series of Statistical Charts Illustrating the Condition of the Descendants of Former African Slaves Now Resident in the United States of America*.





Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial